

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2022 REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, ATRAVÉS DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, LANTERNAGEM E ESTOFAMENTO, INCLUINDO MÃO DE OBRA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E ACESSÓRIOS NOS VEÍCULOS OFICIAIS DE USO DO PODER LEGISLATIVO DE NOVA FRIBURGO/RJ.

1- PREÂMBULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO/CPL Nº: 066/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem e estofamento, incluindo mão de obra e reposição de peças, insumos e acessórios, nos veículos oficiais de uso do Poder Legislativo.

ÓRGÃO REQUISITANTE: Setor de Manutenção

TIPO: Menor preço global

DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 22/12/2022

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00

LOCAL: Rua Farinha Filho, 50 – Centro – Nova Friburgo – RJ - Sala de reuniões do 3º. Andar.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Lei Federal nº10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, normas específicas da Resolução Legislativa nº 2209, de 08 de julho de 2016.

2 – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem e estofamento, incluindo mão de obra e reposição de peças, insumos e acessórios nos veículos oficiais de uso do Poder Legislativo. Na execução do contrato, será permitida a subcontratação de partes dos serviços previstos neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme prevê o art. 72 da Lei 8.666/93.

3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Entrega parcelada, conforme requisição do Gestor do Contrato.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste pregão quaisquer empresas que:

4.1.1 – estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo Contrato Social ou documento equivalente;

4.1.2 – atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

4.1.3 – comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

4.1.4 – estabelecidas neste município, à distância máxima de 8 Km (oito quilômetros) do Edifício-Sede da Câmara Municipal.

4.2 – Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

4.2.1 – declaradas inidôneas por ato da Administração Pública;

4.2.2 – suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Administração, considerando o disposto no art. 87 inciso III da Lei Federal nº8666/93. Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Municipal direta ou indireta. Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do art. 7 da Lei 8666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

4.2.3 – em consórcio ou grupo de empresas;

4.2.4 – cujos dirigentes, gerentes ou sócios sejam servidores ou dirigentes da Câmara Municipal de Nova Friburgo, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº8.666/93.

5 – DO PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O preço global estimado pela Administração para a aquisição do objeto deste pregão é de **R\$ 91.332,00 (noventa e um mil, trezentos e trinta e dois reais)**, divididos da seguinte forma: **R\$ 38.832,00 (trinta e oito mil, oitocentos e trinta e dois reais) para os serviços de manutenção**, levando em consideração o valor máximo estimado de R\$ 194,16 (cento e noventa e quatro reais e dezesseis centavos) para a hora/serviço, prevista a estimativa global de 200 (duzentas) horas/serviço para 11 (onze) veículos oficiais e **R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) para os gastos com reposição de peças, insumos e acessórios**.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os créditos para satisfazerem as despesas decorrentes da apuração deste pregão correrão por conta das dotações orçamentárias no exercício financeiro de 2023 de elementos de despesas – 3.3.9.0.39.00.00 – programa de trabalho 01.001.01.031.052.2.293 para os serviços de manutenção e 3.3.9.0.30.00.00 – programa de trabalho 01.001.01.031.052.2.293 para a reposição de peças.

7 – DO REAJUSTAMENTO

7.1 – Os preços serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

7.2 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto estar estabelecido neste Edital, sem ônus adicional para a Câmara Municipal de Nova Friburgo.

8 – DO CREDENCIAMENTO

8.1 - As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu representante legal, MUNIDO DO ORIGINAL E DE CÓPIA DA SUA CARTEIRA DE IDENTIDADE, OU DE OUTRA EQUIVALENTE, e do documento credencial, que lhe dê poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame (ANEXO III), que deverão ser entregues ao pregoeiro fora de qualquer envelope, antes do início da sessão. A ausência da documentação implicará a impossibilidade de formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

8.1.1 - Constitui documento de credenciamento:

a) estatuto/contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) procuração, quando o(a) representante não for sócio(a), proprietário(a), dirigente ou assemelhada da empresa licitante, passada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, devendo constar em seu teor poderes para formulação de proposta e lances de preços, manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa licitante (fora de qualquer envelope);

8.1.2 – apresentarão declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do ANEXO IV, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, (fora de qualquer envelope);

8.1.3 – apresentarão declaração de “inexistência de fato impeditivo” (ANEXO VII) (fora de qualquer envelope);

8.1.4 - apresentarão declaração de que “autorizam notificação via e-mail” (ANEXO IX) (fora de qualquer envelope);

8.1.5 - as sociedades anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei n.º 6.404/76 e suas alterações;

8.1.6 - as licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas;

8.1.7 - é vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de uma empresa, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

9 - DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA

9.1 - No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, a Comissão de Pregão prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame, e os interessados ou seus representantes:

9.1.1 - entregarão, em envelopes opacos, distintos “A e B” e devidamente lacrados, nos termos abaixo, os documentos exigidos para a proposta e a habilitação, respectivamente constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente.

9.1.2.1 - No envelope contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS**:

ENVELOPE “A”
A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
“PROPOSTA DE PREÇOS”
PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2022
NOME COMPLETO, CNPJ E ENDEREÇO COM O N° DO TELEFONE DA LICITANTE.

9.1.2.2 - No envelope contendo a **DOCUMENTAÇÃO**

ENVELOPE “B”
A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2022
NOME COMPLETO, CNPJ E ENDEREÇO COM O N° DO TELEFONE DA LICITANTE.

9.1.3 - Microempresas e empresas de pequeno porte

9.1.3.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar n° 123/2006, deverão apresentar, fora de qualquer envelope, declaração (ANEXO V) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º, do art. 3º da referida Lei.

9.2 - Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

9.3 - Após a fase de credenciamento das empresas, o pregoeiro procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas empresas classificadas.

9.4 - No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos ainda lacrados e com as rubricas aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

10 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 - O envelope “A”, com o título “PROPOSTA DE PREÇOS”, deverá conter:

10.1.1 - A PROPOSTA DE PREÇOS da licitante, deverá ser no impresso padronizado fornecido pela Administração (**ANEXO I**), devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

10.1.1.1 - identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e número de fax;

10.1.1.2 - descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações do **Termo de Referência - Anexo II** do edital;

10.1.1.3 - Os preços unitários ofertados, descritos na Proposta de Preços deverão ser expressos em moeda nacional (reais) com 02 (DUAS) casas decimais e na unidade de compra (U/C) unidade.

10.1.1.4 - indicação do prazo de validade da PROPOSTA DE PREÇOS, contado da data de sua entrega ao pregoeiro;

10.1.1.4 – A PROPOSTA DE PREÇO (Anexo I) deverá ser impressa, assinada e carimbada pelo representante legal da empresa licitante em uma via.

10.2 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.3 - Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93, devidamente autuado em processo.

10.4 - As propostas de preços que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

10.4.1 - Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

10.4.2 - caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua PROPOSTA DE PREÇOS será DESCLASSIFICADA.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do MENOR PREÇO UNITÁRIO, observados o prazo máximo da entrega, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital. **É vedada a aceitação de proposta com preço superior** ao fixado no item 5 (**PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO**).

11.2 - Será assegurado, como **critério de desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

11.3 - No curso da sessão, a licitante que ofertar valor mais baixo e as de oferta com o preço **até 10% (dez por cento) superior** àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

11.4 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas, além da licitante que tiver apresentado o menor preço unitário na proposta escrita.

11.5 - **Não caberá desistência** de proposta após a abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo pregoeiro.

11.6 - Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

11.7 - O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.

11.8 - O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço unitário para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

11.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas.

11.10 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

11.11 - Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação. Será assegurado à licitante vencedora já cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

11.12 - Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

11.13 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e ao final, será assinada pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a existência de participante ausente naquele momento, será circunstanciada em ata.

11.14 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

11.15 - Na fase de julgamento das propostas e credenciamento, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

11.16 - Microempresas e empresas de pequeno porte

11.16.1 - Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e não sendo a proposta válida classificada em primeiro lugar de empresa desse porte, serão adotados os seguintes procedimentos.

11.16.1.1 - Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

II – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

III – não ocorrendo à adjudicação em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da Lei, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito;

IV – no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, devidamente comprovada o seu enquadramento, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

V – o disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 – Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope “B”, com o título “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste edital.

12.2 - Os documentos deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou

publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

Não serão aceitos pelo pregoeiro “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, bem como entrega dos envelopes “A e B antes do certame licitatório, vale lembrar que o pregão é presencial.

12.3 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.3.1 - registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresa individual ou sociedade empresária;

12.3.2 - registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

12.3.3 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

12.3.4 - cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

Na hipótese de existir alteração nos documentos citados em (12.3.3), posteriormente à constituição da firma ou sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

12.3.5 - Os licitantes ficam obrigados a emitir declaração conforme (**Anexo VIII** - Inidoneidade).

12.4 - DA REGULARIDADE FISCAL:

12.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (**CNPJ/MF**);

12.4.2 - Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual ou municipal** se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

12.4.3 - Prova de **regularidade com a Fazenda Federal**, através da apresentação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que abrange inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

12.4.4 - Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

12.4.5 - Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

12.4.6 - Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (**INSS**), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores ou outra equivalente na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

12.4.7 - Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

12.4.8 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (conforme Lei nº 12.440/11), ou pela Certidão Positiva Com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma do art. 642-A §2º da CLT.

12.4.9 - Microempresas e empresas de pequeno porte

12.4.9.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

12.4.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Vale lembrar que a licitante vencedora do item deverá estar presente, durante todo ato do certame licitatório, uma vez que o pregão é presencial.

12.4.9.3 - A falta de regularização da documentação no prazo acima previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.

12.5 - DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o (ANEXO VI) deste edital, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

12.6- DA CAPACIDADE TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características do objeto da licitação, quantidades e prazos previstos neste Edital, através de atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica expedidos por pessoas de direito público ou privado;

b) Indicação do pessoal habilitado e disponível, com o quadro de horário e ficha funcional, para o desempenho das atividades realizadas com o objeto de licitação dos veículos da Câmara, a ser apresentado no momento da assinatura do contrato.

c) Atestado de vistoria realizada nos veículos oficiais do Poder Legislativo, conforme modelo descrito no Anexo IV.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediate e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2- A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

13.3- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4- Os recursos e as contrarrazões interpostos pelos licitantes deverão ser entregues no Setor de Protocolo da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, das 12:00 às 17:30, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

13.5 - Os itens para os quais não forem interpostos recursos serão desde logo adjudicados.

13.6 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO que, no prazo de 3 (três) dias úteis, decidirá de forma fundamentada.

13.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO adjudicará o objeto e homologará a licitação.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, expressa no § 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

14.1.1 – advertência;

14.1.2 - multa de até 20 % (vinte por cento) calculados sobre o valor total do contrato, de acordo com o grau da infração, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.1.3 – suspensão temporária de participação em certame licitatório e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo de até 02 (dois) anos.

14.2 – A multa de que trata a alínea “b”, caso seja aplicada, será descontada por ocasião de pagamentos futuros.

14.3 – A critério da CONTRATANTE e nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, as sanções previstas nas alíneas “a” e “c”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b”.

14.4 – A empresa que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir injustificadamente qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16 - DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 – A execução do objeto licitado deverá ser realizada em conformidade com as formas e prazos descritos no **ANEXO II** deste edital.

16.2 - Na hipótese com entrega imediata, os adjudicatários deverão atender as condições discriminadas na “PROPOSTA DE PREÇOS”, retirando as **AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO** e o Empenho emitido pela Câmara Municipal de Nova Friburgo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação.

16.3 - Deverá constar no corpo da nota fiscal a descrição do objeto, o número do processo de compra e o número do empenho, bem como o período de competência a que esta se refere.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 – O objeto será recebido definitivamente pelo responsável pelo Setor de Almoxarifado, assim designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo, imediatamente após verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas consignadas no **ANEXO II** deste edital.

17.2 – O recebimento do objeto pela Câmara Municipal de Nova Friburgo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidades com as especificações estabelecidas no **ANEXO II** deste Edital.

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Câmara Municipal de Nova Friburgo, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

18.2 - Caso a Câmara Municipal de Nova Friburgo antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

18.3 - A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao setor de liquidação da Câmara Municipal de Nova Friburgo, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

18.4 - O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Nova Friburgo até o 10º (décimo) dia, após a entrega parcial, aceitação do objeto e liquidação mediante apresentação da nota fiscal, juntamente com a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, INSS, FGTS e Fazenda dentro do prazo de validade.

18.5 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

19- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 - Por ocasião da homologação da licitação, será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços na forma de anexo, o registro das licitantes não desclassificadas que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93.

19.2 - Homologado o resultado deste Pregão, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

19.3 - O prazo para que a licitante mais bem classificada compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal de Contas da União.

19.4 - É facultado à Câmara Municipal de Nova Friburgo, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

19.5 - Publicada na Imprensa Oficial, na forma de extrato, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14 da Resolução Legislativa nº2.328/2019.

19.6 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

19.7 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 06 (seis) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

19.8 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 da Resolução Legislativa nº2.328/2019.

19.8.1 - Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

19.9 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

19.9.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.9.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19.10 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.11 - Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.12 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

19.13 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas subcondições 19.10.a, 19.12.b e 19.12.d será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.14 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

19.15 - Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, a Câmara Municipal de Nova Friburgo fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

19.16 - A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

20 - DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

20.1 – Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;

20.2 – Anexo II – Especificações;

20.3 – Anexo III - Modelo da Carta de Credenciamento;

20.4 – Anexo IV – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

20.5 – Anexo V – Modelo de Declaração de ME ou EPP;

20.6 – Anexo VI – Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menor;

20.7 – Anexo VII – Modelo de autorização de notificação via e-mail;

20.08 – Anexo VIII – Minuta do Contrato;

20.09 – Anexo IX – Atestado de vistoria.

20.10 – Anexo X – Minuta da Ata de Registro de Preços.

21 - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

21.1 - O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderão ser requeridos, por escrito, inclusive por fax, através da linha telefônica nº (0xx22) 2524-1700 ou através do e-mail: licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br, à Comissão de Pregão da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, localizada na Rua Farinha Filho, 50 - Centro, Nova Friburgo/RJ, das 13:00 às 17:00, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

21.2 - As impugnações interpostas deverão ser entregues pela licitante interessada no Setor de Protocolo da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, no horário das 12:00 às 17:30 diariamente, exceto sábados, domingos e feriados, em até 02 (dois) dias úteis que antecederem à data fixada neste edital para recebimento das propostas ou em até 05 (cinco) dias úteis anteriores quando se tratar de qualquer cidadão.

21.3 - Caberá a Assessoria Jurídica da Procuradoria da Câmara Municipal responder, antes da realização da sessão, às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

21.4 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

21.5 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.6 - Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no mesmo veículo em que se deu a publicação do aviso inicial.

21.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

21.8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

21.9 – A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e os licitantes do certame, elegem o foro do Município de Nova Friburgo, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

Nova Friburgo, 06 de dezembro de 2022.

MAISA BENVENUTI
P/ Comissão de Pregão
Matrícula nº 1307

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

 Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Nova Friburgo		PROPOSTA DE PREÇOS Processo n.º 066/2022 Pregão Presencial n.º 021/2022	09 – Identificação da Empresa ou Carimbo Padronizado		
04 – Nome do Órgão CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO		05 – Endereço Rua Farinha Filho, 50 – Centro – Nova Friburgo/RJ.	10-Banco	11- Agência	12 – N° C/C
06 – Esta proposta deverá ter os campos 09, 10, 11, 12, 13 e 16 preenchidos pela Empresa e devolvida até a data da realização da Licitação às 14:00 do dia 22/12/2022 no endereço acima, na SALA DE LICITAÇÕES.			13 – Declaramos inteira submissão aos termos desta Proposta, do Edital ou Convite e a Legislação em vigor. Assinatura		
07 – Prazo de execução: DE ACORDO COM O EDITAL.			08 – Local de execução: DE ACORDO COM O EDITAL		
14 – Item	15 - Quantidade	16 – DESCRIÇÃO DO OBJETO.	17 – Preço unitário	18 – Preço total	
01	200 (duzentas)	Horas/serviço (mão de obra)	R\$	R\$	
02	500 (quinhentas)	Valor estimado para as peças (valor de referência – não será objeto de cotação ou lances)	R\$ 105,00	R\$ 52.500,00	
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:				R\$	
Valor total por extenso:					
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS					

OBS: Os valores unitários podem ser expressos em até 4 (quatro) casas decimais, mas os valores totais devem ser arredondados para 2 (duas) casas decimais.

Responsáveis pela assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome:

CPF:

Identidade:

E-mail:

E-mail para notificação:

AUTORIZO, sob as penas da Lei, que todas as notificações referentes ao presente processo licitatório e futuras contratações poderão ser realizadas pelo e-mail _____, abrindo mão de notificações por quaisquer outros métodos e servindo a cópia do e-mail como comprovante para conhecimento dos atos praticados.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA CMNF

1 – DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Elemento de Despesa 33.90.39 (Contratação de Serviços de Manutenção – PJ) e Elemento de Despesa 33.90.30 (Reposição de peças – Material de Consumo), referentes ao programa de trabalho 01.001.01.031.052.2.293 (Suprimento e manutenção da frota municipal – veículos leves), que engloba os serviços de: manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças, insumos e acessórios novos, nos veículos oficiais da marca Volkswagen pertencentes à frota oficial da Câmara Municipal de Nova Friburgo, observados os detalhamentos técnicos, operacionais e especificações presentes neste Termo de Referência.

1.2 – A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por menor Preço Global.

1.3 – O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

2 – DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DE CONTRATAÇÃO

2.1 – Trata-se da contratação de serviços comuns e contínuos de manutenção preventiva e corretiva sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, integrado ao fornecimento de peças e acessórios novos originais ou genuínos nos veículos da frota e justifica-se pela necessidade de efetuar, constantemente, procedimentos preventivos e corretivos para os veículos do Poder Legislativo de Nova Friburgo, com vistas a garantir a normalidade da operação do sistema de transporte, sem prejuízos para o funcionamento das atividades deste órgão, a qualquer tempo, com segurança, apresentando, dessa forma, veículos em perfeito estado de conservação e utilização uma vez que a Câmara Municipal não dispõe em sua estrutura administrativa de mão de obra técnico especializada para realizar tais serviços. Cabe salientar que a integração de manutenção e fornecimento de peças, insumos e acessórios gera agilidade e eficiência na entrega da prestação de serviço, o que mantém um alto índice de disponibilidade da frota bem como a constância no estado de conservação que proporciona segurança e conforto aos seus condutores e usuários.

3 – CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 – O serviço de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças, insumos e acessórios novos, originais ou genuínos, nos veículos oficiais relacionados ao final deste Termo de Referência, pertencentes à frota oficial do Poder Legislativo de Nova Friburgo, serão executados, no todo ou em parte, conforme a seguir discriminados:

3.1.1 – **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Conjunto de serviços de revisões periódicas programadas previstas nos manuais dos veículos que mitigam quebras e defeitos em decorrência de manutenção que ocorre em intervalos regulares de quilometragem percorrida ou tempo de utilização, compreendendo, basicamente, a substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas, lonas de freio etc.

3.1.2 – **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Conjunto de serviços e reparos realizados para restabelecimento das condições normais de uso da frota, compreendendo os destinados a corrigir defeitos ocorridos acidentalmente como, por exemplo, quebra ou defeito de componentes, ou desgaste prematuro de peça, mediante a substituição autorizada de peças e acessórios que se apresentarem danificados ou desgastados.

3.2 – Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem, contudo, neles se resumirem, são:

3.2.1 – SERVIÇO MECÂNICO EM GERAL

3.2.1.1 – Desmontagem, reparo, montagem e ajuste de motores a combustão de baixa e alta pressão movidos a gasolina/álcool.

3.2.1.2 – Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, rodas, borracharia, alinhamento, balanceamento e cambagem de pneus, manutenção e recuperação de ar-condicionado, injetores de combustível mecânicos e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes, fluidos e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial, distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedor, suspensão, magneto, mancal, suporte, biela, pistão, retífica de motor a combustão, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

3.2.2 – SERVIÇO ELÉTRICO E ELETRÔNICO

3.2.2.1 – Reparo e revisão de todo o sistema elétrico e eletrônico, com substituição de lâmpadas, faróis, fusíveis, relés, fios e cabos elétricos, ignição eletrônica, bateria, alternador, motores elétricos etc.

3.2.3 – SERVIÇO DE CAPOTARIA/TAPEÇARIA

3.2.3.1 – Conserto, com fornecimento e colocação de forros e de peças necessárias à manutenção e/ou reforma dos veículos.

3.2.4 – SERVIÇO DE LANTERNAGEM/FUNILARIA E PINTURA

3.2.4.1 – Conserto e reparação de avarias na carroceria dos veículos, se necessário, com substituição de peças ou componentes.

3.2.5 – SERVIÇO DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO

3.2.5.1 – Os veículos deverão ser entregues lavados e lubrificados.

3.3 – A CONTRATADA deverá possuir todos os aparelhos, instalações básicas, manuais, materiais, tabela da montadora ou equivalente, utensílios, equipamentos e ferramentas, necessários à completa realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, constando, no mínimo de:

3.3.1 – Elevadores automotivos.

3.3.2 – Aparelho para alinhamento e balanceamento computadorizado.

3.3.3 – Equipamento de regulagem e gabaritação de freio.

3.3.4 – Setor de serviço rápido (troca de óleo, filtro, lâmpadas, pastilhas e lonas de freio, rolamentos etc).

3.3.5 – Sistema informatizado para controle de manutenção de frota de veículos.

3.3.6 – Compressor de alta pressão.

3.3.7 – Equipamento computadorizado para mapeamento de injeções eletrônicas (motores a álcool e gasolina).

3.3.8 – Equipamento de solda elétrica e por oxigênio acetileno.

3.4 – O endereço da oficina CONTRATADA deve se situar a até 8 km (oito quilômetros) da sede do Poder Legislativo de Nova Friburgo, ou seja, nos marcos do 1º distrito (Centro), do 6º (Conselheiro Paulino) e do 8º (Mury) distritos para manutenção da economicidade, eficiência e vantajosidade na prestação de serviço.

4 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 – A execução do objeto seguirá o seguinte processo:

4.1.1 – A CONTRATANTE solicitará formalmente o orçamento individualizado para a realização de serviço em determinado veículo da frota através de formulário padronizado de Solicitação de Orçamento. Esta solicitação será encaminhada por e-mail devidamente assinada pelo Gestor do Contrato.

4.1.2 – A CONTRATADA, de posse da Solicitação de Orçamento encaminhada pelo CONTRATANTE, deverá emitir Orçamento, sem ônus ao CONTRATANTE, numerado sequencialmente, cada qual devendo referir-se a um único veículo, especificando:

4.1.2.1 – O conjunto de serviços a serem executados, bem como a quantidade de homem/hora (HH) necessária para cada serviço e os valores das peças solicitadas para manutenção dos veículos, limitados ao preço máximo da tabela da montadora ou equivalente, explicitando o quantitativo de dias úteis necessários para a realização do serviço ou conjunto de serviços.

4.1.2.2 – As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo a CONTRATADA se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.

4.1.2.3 – Para averiguação do cumprimento do limite máximo de preço, a contratada deverá apresentar junto ao orçamento, a cópia atualizada da tabela da montadora ou tabela equivalente. O envio desses documentos poderá ser feito eletronicamente para o endereço de e-mail do Gestor do Contrato.

4.1.2.4 – Na ausência da tabela da montadora ou tabela equivalente, se e somente se esta não for disponibilizada pela montadora, a CONTRATADA deverá realizar pesquisa de preço em três autorizadas da marca do veículo em substituição a tabela.

4.1.2.5 – Caso não haja possibilidade de se obter o orçamento de alguma peça ou conjunto de peças junto à autorizada, a CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 03 (três) orçamentos de empresas de reparação de veículos do município de Nova Friburgo, de forma a comprovar o respectivo valor de mercado, sendo adotado o orçamento de menor valor como referência para o faturamento do serviço.

4.1.3 – Com base nos preços propostos no Orçamento encaminhado pela CONTRATADA, a CONTRATANTE, por intermédio do Gestor de Contrato, deverá analisar e conferir com base neste Termo de Referência todos os itens do orçamento: serviços, quantidade de horas/dias úteis e peças integrantes e se necessário comunicar a CONTRATADA a necessidade de ajuste no orçamento enviado.

4.1.3.1 – De acordo com a conveniência e oportunidade, sempre levando em conta saldo da dotação orçamentária de cada elemento de despesas vinculado e disponibilidade de caixa para assunção de obrigações e manutenção do equilíbrio financeiro, a Contratante emitirá Ordem de Serviço (OS).

4.1.3.2 – A prestação de serviços está vinculada a consentimento prévio da CONTRATANTE e mediante emissão de Ordem de Serviço para cada autorização e necessariamente deverá referir-se a apenas um veículo e terá por finalidade o restabelecimento das condições de uso e manutenção da frota de veículos da Câmara

Municipal de Nova Friburgo, efetuando-se necessários ajustes, reparos e consertos, inclusive com a substituição de peças desgastadas e danificadas pelo uso ou que apresentem defeitos.

4.1.3.3 – A Ordem de Serviço (OS) deverá ser expedida pelo Gestor do Contrato, nomeado nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993, individualmente para cada veículo e em numeração crescente com a identificação da quilometragem do veículo objeto de manutenção após a apresentação pela CONTRATADA do orçamento.

4.1.3.4 – A oficina da CONTRATADA não poderá estar localizada a distância, medidas em vias de trânsito de automóvel, superior a 8 Km (oito quilômetros) do Edifício-Sede da Câmara Municipal, visando atender aos princípios da economicidade e celeridade do serviço, devendo comprovar sua conformidade junto a proposta ajustada ao lance final.

4.1.3.5 – O serviço ou conjunto de serviços serão considerados como concluídos quando o Gestor do Contrato de Fiscalização emitir Termo de Recebimento Definitivo aprovando a conclusão da prestação de serviços, de acordo com o estabelecido no Orçamento previamente autorizado.

4.1.3.6 – Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo Gestor do Contrato quando da entrega dos veículos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e Proposta, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

4.1.3.7 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta, devendo ser sanados no prazo acordado com o Gestor do Contrato e em conformidade com a complexidade das discrepâncias apuradas, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

4.1.3.8 – Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos serviços prestados e peças/acessórios utilizados em sua execução, com a consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo circunstanciado.

4.1.3.9 – Findado o prazo para verificação do subitem anterior sobre a conformidade dos serviços executados e materiais empregados através da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, reputar-se-ão como realizados, caracterizando o recebimento definitivo no dia em que findar o prazo máximo para recebimento definitivo.

4.2 – No caso de serviços que envolvam substituição de peças, materiais e acessórios por ocasião dos reparos realizados, a conclusão dos serviços ficará condicionada a entrega ao Gestor do Contrato das peças substituídas pela CONTRATANTE.

4.3 – Admitir-se-á a subcontratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência que, comprovadamente, a CONTRATADA não possa executar, ficando, desde já, estabelecido que as condições e obrigações dar-se-ão entre as partes contratantes, ou seja, a CONTRATADA ficará, inteira e integralmente, responsável pelos orçamentos, envio e recebimento dos veículos, guarda, segurança e integridade física do bem contra danos materiais, sinistros e intempéries, independente de culpa ou dolo, que venham a atingir o patrimônio do Município de forma parcial ou total, bem como pela execução e perfeita entrega dos serviços, de suas garantias, como, também, pelo faturamento, recebimento e quitação dos serviços prestados/executados.

4.4 – A CONTRATANTE deverá realizar diligências nas dependências da contratada vencedora, para a devida averiguação da real possibilidade de a mesma atender a este Termo de Referência, no que se refere às instalações físicas, equipamentos e mão de obra especializada utilizados na prestação dos serviços de manutenção nos veículos.

5 – DO PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O preço global estimado pela Administração para a aquisição do objeto deste pregão é de R\$ 93.508,00 (noventa e três mil, quinhentos e oito reais), divididos da seguinte forma: R\$ 41.008,00 (quarenta e um mil e oito reais) para os serviços de manutenção, levando em consideração o valor máximo estimado de R\$ 205,04 (duzentos e cinco reais e quatro centavos) para a hora/serviço, prevista a estimativa global de 200 (duzentas) horas/serviço para 11 (onze) veículos oficiais e R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) para os gastos com reposição de peças, insumos e acessórios.

6 – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DAS PEÇAS

6.1. – O serviço ou conjunto de serviços executados, bem como o fornecimento de peças e acessórios, deverão ter a garantia mínima de 90 (noventa) dias, para os serviços, contados a partir do recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato ou, no caso de peças e acessórios com garantia de fábrica, com a periodicidade determinada pelo fabricante contada a partir de sua instalação, para as demais peças, garantia mínima de 90 (noventa) dias de sua instalação.

6.1.1 – As peças utilizadas nos serviços poderão ter garantia diferenciada do prazo de garantia estipulado no subitem anterior, que obedecerá expressamente ao estipulado pelo fabricante, em termo próprio, contada a partir da instalação ou execução dos serviços.

6.2 – A CONTRATADA deverá se comprometer ainda a oferecer os prazos de garantia específicos para os serviços citados nos subitens a seguir:

6.2.1 – Serviço realizado e peças substituídas no motor, câmbio e diferencial:

6.2.1.1 – Garantia mínima de 6 (seis) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros, prevalecendo o que terminar por último.

6.2.2 – Serviço de lanternagem/funilaria e pintura:

6.2.2.1 – Garantia mínima de 12 (doze) meses.

6.2.3 – Demais serviços e peças:

6.2.3.1 – Garantia mínima de 3 (três) meses ou 5.000 quilômetros, prevalecendo o que terminar por último.

6.3 – No ato da devolução do veículo em manutenção, a CONTRATADA deverá fornecer por meio de documento próprio certificado de garantia individualizado de peças, acessórios e serviços contendo expressamente sua quilometragem.

6.4 – No ato da devolução do veículo, a CONTRATADA deverá devolver e relacionar em relatório próprio, as peças e acessórios substituídos.

6.5 – Ocorrendo defeito ou imperfeição, durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contada do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7 – MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO / CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1 – A contratação deverá ser levada a efeito pela modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço global, ao amparo da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, normas específicas da Resolução Legislativa nº 2209, de 08 de julho de 2016, haja vista tratar-se de serviços comuns, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

7.2 – Pela prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o menor valor cotado, estando neles incluídos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, peças de reposição, manutenção, limpeza, mão de obra e respectivos encargos, materiais básicos e todas as demais despesas, ficando claro que nenhum empregado da CONTRATADA terá vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

7.3 – Será declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço global.

7.4 – As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

8 – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA e CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 – As empresas interessadas deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, firmado por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a licitante tenha prestado, ou esteja prestando serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

8.2 – Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela CONTRATADA serão:

8.2.1 – Deter atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;

8.2.2 – Os serviços deverão ser executados com base nas recomendações do fabricante do veículo;

8.2.3 – Deverão ser usadas ferramentas especificadas pelo fabricante do veículo;

8.2.4 – As peças e materiais necessários para a execução do serviço deverão ser originais ou genuínas e comprovadamente novas; e

8.2.5 – Devem ser observadas, na execução dos serviços, as disposições das normas ABNT e da legislação aplicável ao objeto deste Termo de Referência.

9 – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 – Os serviços deverão ser executados nos prazos abaixo estabelecidos, contados a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO expedida pela CONTRATANTE:

9.1.1 – Serviço de retífica de motor: 30 (trinta) dias úteis;

9.1.2 – Serviços de lanternagem/funilaria e pintura: o prazo de execução deverá ser estabelecido de comum acordo com a CONTRATADA, levando-se em consideração o grau de avaria no veículo;

9.1.3 – Demais serviços, exceto serviços de lavagem/lubrificação: 7 (sete) dias úteis;

9.2 – Os prazos a que se refere este item poderão ser prorrogados, por período estabelecido entre as partes, limitado ao intervalo do primeiro, mediante solicitação entregue à CONTRATANTE antes do vencimento do prazo inicial.

10 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

10.1 – O recebimento dos itens fornecidos ou serviços, dar-se-á observado o disposto nos artigos 69, 73 e 76 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

10.1.1 – O recebimento provisório do veículo será feito por servidor designado pela CONTRATANTE documentado em ato próprio no Termo de Recebimento Provisório assinado entre as partes.

10.1.2 – O recebimento definitivo do veículo será feito por servidor designado pela CONTRATANTE, o qual deverá verificar o seu correto funcionamento e documentar o ato em Termo de Recebimento Definitivo, observado o prazo máximo fixado no subitem 4.1.3.8 deste Termo.

10.2 – O procedimento de entrega e recebimento do veículo será mediante anotação das condições de recebimento e entrega com apontamento da sua respectiva quilometragem.

10.3 – Em caso de não conformidade na vistoria para recebimento definitivo, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item objeto deste Termo de Referência, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo acordado com o Gestor do Contrato e em conformidade com a complexidade das discrepâncias apuradas, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades, quando se realizarem, novamente, as verificações de conformidade.

10.4 – À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no Termo de Recusa e Devolução, submetendo a etapa impugnada à nova verificação contando-se novamente os prazos de recebimento provisório e definitivo, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.5 – A CONTRATANTE não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados a bens rejeitados, sendo que os custos da substituição do bem rejeitado correrão, exclusivamente, às expensas da CONTRATADA.

11 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 – A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do serviço em conformidade com este Termo de Referência.

11.2 – A Nota Fiscal deverá ser apresentada à Câmara Municipal de Nova Friburgo para liquidação e pagamento, acompanhada da Nota Fiscal das peças adquiridas, cópia atualizada da tabela da montadora ou tabela equivalente, contendo a descrição das peças, materiais e acessórios de uso automotivo adquiridos, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos, concessionárias e/ou por meio de lojas de peças automotivas, desde que o produto seja original ou genuíno.

11.3 – A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

11.4 – O pagamento será efetuado, mensalmente, por ordem bancária, até o 10º dia útil seguinte, após o atesto firmado pelo Gestor do Contrato e condicionada ao recebimento da correspondente Nota Fiscal Eletrônica, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária, por meio de crédito em nome da CONTRATADA, no banco indicado, conforme a seguir especificado:

- a) O atesto, pelo Gestor do Contrato, ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal.
- b) O prazo a que se refere o item 10.4 contar-se-á do primeiro dia útil subsequente ao do atesto da nota fiscal pelo Gestor do Contrato.
- c) As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e encaminhadas a partir do primeiro dia útil subsequente à validação do Termo de Recebimento Definitivo, para o *e-mail*: contabilidade@novafriburgo.rj.leg.br.

11.5 – Os pagamentos pelos serviços de manutenção corretiva e preventiva serão efetuados por hora efetivamente trabalhada. A fração de hora trabalhada deverá corresponder proporcionalmente ao valor da hora contratada.

11.6 – Em caso de irregularidade ou imperfeição no documento fiscal ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, nesta hipótese, o prazo para pagamento contará a partir da comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.7 – O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, por meio de ordem bancária contra a entidade bancária, explicitada em sua proposta (banco, agência, localidade e nº da conta-corrente) onde deverá ser efetivado o crédito.

11.8 – No ato do pagamento, será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da CONTRATADA (art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

11.8.1 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato ou demais medidas administrativas cabíveis caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

11.9 – No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada, no corpo do documento fiscal, a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da CONTRATADA, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento diferenciado de impostos e contribuições e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.

12 – DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

12.1 – RESPONSABILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO:

12.1.1 – Fiscalizar a fiel observância das disposições do presente Termo, por meio de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços/fornecimentos, registrando, em relatório, as deficiências porventura existentes no fornecimento dos produtos e/ou na prestação de serviços, notificando à

CONTRATADA, por escrito, sobre as falhas ou defeitos, determinando o prazo para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

12.1.2 – Efetuar o pagamento pela execução dos serviços, na forma convencionada, desde que atendidas as formalidades previstas.

12.1.3 – Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais.

12.1.4 – Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias à prestação dos serviços.

12.1.5 – Fornecer, a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

12.1.6 – Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário, ou preposto da CONTRATADA, que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização, ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

12.1.7 – Fiscalizar e inspecionar os serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los quando estes não atenderem ao especificado.

12.1.8 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, materiais ou peças em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

12.1.9 – Testar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo de Referência.

12.1.10 – Facilitar o acesso do pessoal da CONTRATADA, dentro das normas que disciplinam a segurança e o sigilo, quando necessário, às suas dependências.

12.1.11 – Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.

12.1.12 – Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

12.1.13 – Aprovar ou reprovar os serviços executados pela CONTRATADA.

12.1.14 – Solicitar a execução de serviços por meio de formulário próprio expedida pela CONTRATANTE.

12.1.15 – Encaminhar à CONTRATADA o veículo para manutenção ou revisão, devidamente acompanhado de Ordem de Serviço.

12.1.16 – Realizar diligência nas dependências da CONTRATADA, objetivando atestar a capacidade operacional, equipamentos e instalações físicas.

12.2 – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

12.2.1 – Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e no Contrato.

12.2.2 – Indicar preposto, no prazo de cinco dias úteis após a assinatura do contrato, que atuará durante todo o período de vigência do Contrato, para atendimento dos serviços, disponibilizando os meios de contato, de forma a agilizar as solicitações, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

12.2.3 – Fornecer o material necessário à manutenção corretiva e dispor de todas as ferramentas e equipamentos ao tipo de serviço a ser realizado.

12.2.4 – Arcar com a responsabilidade técnica e financeira para a execução de todos os testes necessários para comprovar o desempenho dos serviços executados, na presença de representante da CONTRATANTE, caso esta considere necessário.

12.2.5 – Realizar os serviços, objeto do presente Termo, nas suas instalações, após o recebimento da competente Ordem de Serviço expedida pela Administração, com pessoal qualificado, emprego de técnica e ferramental apropriados.

12.2.6 – Realizar, conforme as recomendações do fabricante, os serviços de inspeção de qualidade das peças fornecidas e serviços executados.

12.2.7 – Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritária e exclusivamente, por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior ao original, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela CONTRATANTE, decorrentes de culpa da CONTRATADA, inclusive, por emprego de mão de obra, acessório ou material impróprio ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

12.2.8 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.2.9 – Apresentar orçamento para a execução dos serviços, conforme condições e prazos estabelecidos no presente instrumento.

12.2.10 – Executar os serviços aprovados em Ordem de Serviço até o limite do prazo máximo determinado pela CONTRATANTE previsto no item 8 deste Termo de Referência.

12.2.11 – Arcar com todo o ônus advindo dos encargos sociais e outras despesas que venham a incidir sobre seu pessoal.

12.2.12 – Entregar as peças, materiais e acessórios que foram substituídos por ocasião dos reparos realizados, ao CONTRATANTE.

12.2.13 – Assegurar/permitir à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço e/ou fornecimento, que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da CONTRATADA, ficando certo de que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades.

12.2.14 – Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados, ou preposto, durante a execução dos serviços estipulados neste termo, indenizando os danos motivados.

12.2.15 – Responder por danos ou avarias causadas por seus empregados, ou preposto, à CONTRATADA ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70 da Lei n. 8.666/93.

12.2.16 – Prestar todos os esclarecimentos técnicos e administrativos que forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados com o serviço executado ou a ser executado.

12.2.17 – Manter o veículo em local coberto, limpo, fechado e que ofereça segurança.

12.2.18 – A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a assinatura do Contrato.

12.2.19 – Responsabilizar-se pelas infrações de trânsito e pagamento de multas resultantes, acidentes etc., que, por ventura, ocorrerem no período em que os veículos estiverem a cargo da CONTRATADA.

12.2.20 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos 1º e 2º, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

12.2.21 – Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço.

12.2.22 – Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte desta, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente as reclamações formuladas.

12.2.23 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

12.2.24 – Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços, ou em conexão com eles.

12.2.25 – Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada ao serviço, objeto deste Termo de Referência.

12.2.26 – Responsabilizar-se pelos serviços, objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vierem a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade, o fato de a CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

12.2.27 – Responsabilizar-se por quaisquer atos de improbidade administrativa, eventualmente causados por seus empregados, nos locais de trabalho ou, ainda que fora deles, vinculados aos mesmos.

12.2.28 – A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a licitante vencedora renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

12.2.29 – Manter cópia atualizada da tabela da montadora ou equivalente objeto do Termo de Referência/Edital, que deverá ser apresentada quando solicitada pela CONTRATANTE.

12.2.30 – Apresentar orçamento com os valores das peças solicitadas para manutenção, acompanhada de cópia atualizada da tabela da montadora e/ou preços da tabela da montadora, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade. O envio destes documentos poderá ser feito eletronicamente, através de mensagem para o endereço de e-mail do Gestor do Contrato.

12.2.31 – Apresentar a Nota Fiscal original com os valores das peças adquiridas, acompanhada de cópia atualizada da tabela da montadora e/ou preços da tabela da montadora, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade, para liquidação e pagamento.

13 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1 – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma preventiva e sistemática para assegurar o perfeito cumprimento deste Termo, sendo exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 – O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato a ser firmado será o servidor designado pela Administração, que atuará orientando, fiscalizando e intervindo no interesse da Administração, a fim de garantir o cumprimento das cláusulas e condições pactuadas entre as partes.

13.3 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4 – O Gestor do Contrato deverá:

13.4.1 – Ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços objeto do contrato.

13.4.2 – Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;

13.4.3 – Anotar em documento próprio as ocorrências;

13.4.4 – Determinar a correção de faltas ou defeitos através da emissão do Termo de Recusa e Devolução, comunicando a CONTRATADA;

13.4.5 – Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo conforme cada caso, comunicando a CONTRATADA;

13.4.6 – Verificar a necessidade de aplicação das sanções administrativas;

13.4.7 – Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

13.4.8 – Verificar, junto à CONTRATADA e seu preposto, se estão tomando todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços.

13.4.9 – Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços e de peças/acessórios fornecidos.

13.4.10 – Controlar o prazo de execução dos serviços;

13.4.11 – Controlar o prazo de garantia das peças/acessórios substituídos e dos serviços executados;

13.4.12 – Realizar os testes de direção e funcionamento do veículo, de maneira a verificar seu correto funcionamento no ato do recebimento definitivo.

13.4.13 – Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

13.4.14 – A fiscalização se reserva ao direito de recusar os serviços executados que não atenderem às especificações estabelecidas pelo CONTRATANTE.

14 – DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

14.1 – A empresa Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, considerando ainda:

14.1.1 – Aplicação das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;

14.1.2 – Utilização de materiais que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

14.1.3 – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

14.1.4 – Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão obedecer às normas técnicas, de saúde, de segurança no trabalho e de proteção ao meio ambiente, conforme exigido por meio do art. 12, inc. VI e VII da Lei nº 8.666/1993 e do art. 1º da Lei nº 4.150/1962.

14.1.5 – O óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista na Resolução nº 362 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e legislação correlata.

15 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002

15.2 – Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

15.3 – Resolução Legislativa nº 2209, de 08 de julho de 2016

15.4 – Normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

15.5 – Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DO PODER LEGISLATIVO

VOYAGE COMFORTLINE 1.6 FLEX
PLACA – KQW-4927
RENAVAM – 01040807345
CHASSI – 9BWDB45U1FT086530
ANO DE FABRICAÇÃO – 2014/2015

VOYAGE COMFORTLINE 1.6 FLEX
PLACA – KYP-8047
RENAVAM – 01040834733
CHASSI – 9BWDB45UXFT076918
ANO DE FABRICAÇÃO – 2014/2015

VOYAGE COMFORTLINE 1.6 FLEX
PLACA – KWR-8087
RENAVAM – 01040835705
CHASSI – 9BWDB45U3FT078459
ANO DE FABRICAÇÃO – 2014/2015

VOYAGE COMFORTLINE 1.6 FLEX
PLACA – LME-8557
RENAVAM – 01040858284
CHASSI – 9BWDB45U7FT075130
ANO DE FABRICAÇÃO – 2014/2015

VOYAGE COMFORTLINE 1.6 FLEX
PLACA – KQW-4977
RENAVAM – 01040857520
CHASSI – 9BWDB45U4FT086523
ANO DE FABRICAÇÃO – 2014/2015

VOYAGE COMFORTLINE 1.6 FLEX
PLACA – KWR-8047
RENAVAM – 01040775443
CHASSI – 9BWDB45U5FT077118

ANO DE FABRICAÇÃO – 2014/2015

VOYAGE TREND 1.6 FLEX
PLACA – LSB-4286
RENAVAM - 452696577
CHASSI – 9BWDBO5U7CT192565
ANO DE FABRICAÇÃO – 2012/2012

VOYAGE TREND 1.6 FLEX
PLACA – KZO-4008
RENAVAM - 453008631
CHASSI – 9BWDBO5U7CT191917
ANO DE FABRICAÇÃO – 2012/2012

VOYAGE TREND 1.6 FLEX
PLACA – KZE-4425
RENAVAM - 290796059
CHASSI – 9BWDBO5U3BT216892
ANO DE FABRICAÇÃO – 2011/2011

VOYAGE TREND 1.6 FLEX
PLACA – LPU-4317
RENAVAM - 290796415
CHASSI – 9BWDBO5U8BT216791
ANO DE FABRICAÇÃO – 2011/2011

VOYAGE TREND 1.6 FLEX
PLACA – KVK-6299
RENAVAM – 291000860
CHASSI – 9BWDB05U6BT216787
ANO DE FABRICAÇÃO – 2011/2011

ANEXO III
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Prezados Senhores,

Pela presente, fica credenciado o Sr (a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida em _____, pelo _____, para representar a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, na Licitação Modalidade – **Pregão Presencial nº 021/2022** a ser realizada em __/__/__, podendo para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive prestar esclarecimentos, receber notificações, interpor recursos e manifestar-se sobre sua desistência.

Nova Friburgo, ____ de _____ de 2022.

Atenciosamente,

<<Assinatura do Sócio da Empresa>>

<<Nome>>

<<Cargo>>

<<Carimbo da Empresa)

**FORA DE QUALQUER ENVELOPE
DEVERÁ SER PREENCHIDO NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2022

_____ com sede na _____
(razão social da empresa)
_____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por
(endereço)
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atenção ao
disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os requisitos
exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial da Câmara Municipal de Nova
Friburgo.

Declara, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a
Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Observação:

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada, em papel timbrado da licitante. A mesma deverá estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Pregão Presencial nº 021/2022.

_____ (razão social da empresa), com sede na
_____(endereço), inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____ (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

.....
(data)

.....
(representante legal

FORA DE QUALQUER ENVELOPE
DEVERÁ SER PREENCHIDO NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVO A TRABALHO DE MENOR

Pregão Presencial nº 021/2022.

_____, inscrito no CNPJ nº _____,
(razão social da empresa)

por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

DEVERÁ SER PREENCHIDO NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO VII
MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO VIA E-MAIL

À Câmara Municipal de Nova Friburgo
Pregão Presencial n.º 021/2022.

_____, com sede na _____
(razão social da empresa)

_____ inscrita no CNPJ n.º _____, vem, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade N.º _____ e do CPF n.º _____, AUTORIZAR, sob as penas da Lei, que todas as notificações referentes ao presente processo licitatório e futuras contratações poderão ser realizadas pelos e-mails _____, abrindo mão de notificações por quaisquer outros métodos e servindo a cópia do e-mail como comprovante para conhecimento dos atos praticados.

Nova Friburgo, ____ de _____ de 2022.

(Assinatura, nome e cargo do representante legal da empresa)

DEVERÁ ESTAR FORA DE QUALQUER ENVELOPE.

DEVERÁ SER PREENCHIDO NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº /2022

Contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças, insumos e acessórios novos, nos veículos oficiais da marca Volkswagen pertencentes à frota oficial da Câmara Municipal de Nova Friburgo e a empresa _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e vinte e três, de um lado a Câmara Municipal de Nova Friburgo, inscrita no CNPJ nº 29.844.172/0001-23 com sede na Rua Farinha Filho, 50 - Centro, Nova Friburgo-RJ, neste ato representada pelo seu Vereador Presidente _____, brasileiro, portador da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, CNPJ nº _____, com endereço _____, _____/RJ, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, CPF nº _____, no uso de suas atribuições, e daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação superveniente, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento particular, contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças, insumos e acessórios novos, nos veículos oficiais da marca Volkswagen pertencentes à frota oficial da Câmara Municipal de Nova Friburgo, observados os detalhamentos técnicos, operacionais e especificações presentes neste Termo de Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, funilaria, pintura (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças, insumos e acessórios novos, nos veículos oficiais pertencentes à frota oficial da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

1. A CONTRATANTE requisitará por escrito, à CONTRATADA, os serviços necessários, que deverão ser prestados mediante a apresentação da guia de requisição, devidamente assinada pelo responsável, na qual constará, ainda, a identificação do veículo a ser objeto do serviço de manutenção.
2. A manutenção preventiva e corretiva consiste na revisão geral dos veículos, incluindo plano de manutenção periódica, e na solução de problemas que venham a ocorrer, defeitos ou danos; bem como substituição de peças e acessórios, mecânica, elétrica, eletrônica, serviço de chaparia e pintura, lanternagem, vidros, tapeçaria e reparos em geral, de forma a garantir o perfeito funcionamento dos veículos.
3. Os serviços somente poderão ser efetuados mediante apresentação da Ordem de Serviço (OS), a ser expedida pelo Gestor do Contrato, nomeado nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993, mediante apresentação de 03 (três) orçamentos que a CONTRATADA obtiver ao procurar as peças no mercado, assim como da Nota Fiscal da compra realizada pela CONTRATADA, acompanhados da descrição das peças, materiais e acessórios de uso automotivo solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos, concessionárias e/ou por meio de lojas de peças automotivas, desde que o produto seja de primeira qualidade..

4. Os veículos oficiais encaminhados para a oficina somente deverão ser entregues aos responsáveis após a total execução dos pedidos solicitados na requisição.
5. A Contratada deverá apresentar ao Gestor do Contrato as peças substituídas, para fins de conferência.
6. Os serviços objeto deste Contrato deverão ser executados por equipe de empregados da Contratada, devidamente treinados e habilitados para tanto.
7. A Contratada deverá providenciar transporte aos motoristas do Legislativo, no momento da entrega dos veículos à empresa ou da devolução dos mesmos à Câmara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Solicitar a presença imediata de responsável pela CONTRATADA para exigir providências cabíveis à correção de possíveis irregularidades identificadas.
- b) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- c) Observar que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como a sua compatibilidade para com as obrigações assumidas.
- d) Avaliar e autorizar os orçamentos para execução dos serviços e substituição de peças.

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar os serviços objeto deste Contrato de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução.
- b) Havendo a necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta.
- c) Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução dos serviços que são objeto deste Contrato.
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, honorários, taxas, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados e/ou credenciados, no desempenho dos serviços que são objeto deste pacto, ficando, assim, a CONTRATANTE isenta de tais pagamento e de vínculos empregatícios quaisquer.
- e) Comunicar à CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.
- f) Providenciar atendimento alternativo, quando verificada ocorrência de situações inesperadas, ou seja, greve, incêndio, enchentes e outros fatos congêneres, de modo a não interromper o fluxo de serviços dos veículos da frota da CONTRATANTE.
- g) Estender à CONTRATANTE eventuais preços promocionais, inferiores aos preços contratados, oferecidos ao público em geral, durante o período de vigência do contrato.
- h) Conceder garantias do fabricante para as peças de reposição e para a mão de obra utilizada nos serviços de manutenção corretiva nos veículos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, a contar da data da conclusão do serviço.
- i) Permitir ao servidor credenciado pela CONTRATANTE fiscalizar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não atenda às especificações do objeto, observando sempre as exigências que lhe forem solicitadas por escrito.
- j) Aceitar vistoria periódica de técnicos da CONTRATANTE nas instalações da oficina durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

A Câmara Municipal de Nova Friburgo pagará à CONTRATADA, durante a vigência deste contrato, os valores globais **estimados** de R\$ _____ (_____) pelos serviços ora contratados e R\$ _____ (_____) pelas peças e acessórios fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de Nota Fiscal, mensalmente, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros. O faturamento mensal deverá ser elaborado com base **nos serviços efetivamente prestados e no fornecimento das peças de reposição** durante o mês vencido e deverá especificar detalhadamente os serviços prestados e o valor discriminado das peças repostas. A Câmara Municipal de Nova Friburgo providenciará a aferição da fatura discriminativa e efetuará o pagamento, após atestar a correção das informações prestadas, efetuando o pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da apresentação da respectiva fatura.

PARÁGRAFO ÚNICO

Havendo atraso no pagamento, incidirá multa na ordem de 1% (um por cento) sobre o valor da fatura, originando compensação financeira, que terá por base os índices do IGP-M. Caso a Câmara Municipal de Nova Friburgo antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será o período de 12 (DOZE) meses, a contar da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

A despesa prevista neste Contrato encontra-se empenhada, conforme Notas de Empenhos N^{os} ___ e ___, de ___ de _____ de 2023, à conta das dotações orçamentárias de elementos de despesas **3.3.9.0.30.00.00 (material de consumo), código da função programática 01.001.01.031.052.2.293 e 3.3.9.0.39.00.00 (serviços), código da função programática 01.001.01.031.052.2.293.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, expressa no § 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar (em):

- A) Advertência.
- B) Multa de até 20 % (vinte por cento) calculados sobre o valor total do contrato, de acordo com o grau da infração, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas.
- C) Suspensão temporária de participação em certame licitatório e impedimento de contratar com a CONTRATANTE por prazo de até 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A multa de que trata a alínea “b”, caso seja aplicada, será descontada por ocasião de pagamentos futuros.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A critério da CONTRATANTE e nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, as sanções previstas nas alíneas “a” e “c”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b”.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, a critério da CONTRATANTE, independente de notificação ou interpelação extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Inobservância ou inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições do presente contrato, bem como de seus documentos integrantes.
- b) Nas hipóteses previstas na seção V do capítulo III da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os casos omissos deste ajuste serão resolvidos de acordo com os termos da legislação pertinente a contratações firmadas pela Administração Pública, vigentes à época.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor considera-se conhecido e acatado pelas partes:

- a) Proposta da CONTRATADA, no que couber.

- b) Normas da Lei nºs 8.666/93 e modificações posteriores e legislação superveniente.
c) O Edital do Pregão Presencial 021/2022 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A luz do que preceitua o art. 61, § único, da Lei nº 8.666/93, este contrato será publicado, na forma de extrato, no órgão encarregado pela divulgação dos atos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a manter, enquanto vigente esta avença, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, principalmente quanto à qualidade dos serviços, devendo substituir, de forma compatível, todos os profissionais e/ou equipamentos ineficientes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir questões oriundas do presente contrato será competente o Foro de Nova Friburgo-RJ. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma.

Nova Friburgo, ____ de _____ de 2022.

Pela **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

Nome:

CPF:

Pela **CONTRATADA:**

Nome:

CPF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Cumprindo a exigência contida no edital do Pregão Presencial nº 021/2022, declaro, para os devidos fins e sob penas da Lei, que vistoriei os veículos pertencentes à frota oficial do Legislativo em que serão executados os serviços objeto da licitação em epígrafe, e estou ciente das suas características e peculiaridades, não cabendo alegações, por esta empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a referida prestação ou o cumprimento de todas as obrigações.

Declaro, ainda, que estou apto a iniciar o serviço de acordo com o estabelecido no Edital, caso o objeto da licitação nos seja adjudicado.

Nova Friburgo-RJ, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do responsável

Nome:

CPF

Atestamos, para os fins previstos no edital do Pregão Presencial nº 021/2022, que o representante da empresa acima compareceu na sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo e tomou conhecimento do estado de conservação dos equipamentos objeto desta Licitação, bem como das condições de execução dos serviços previstos neste Edital.

Nova Friburgo, ____ de _____ de 2022.

Setor de Manutenção da Câmara Municipal de Nova Friburgo

ANEXO X – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo/CPL nº 066/2022

Pregão Eletrônico nº 021/2022

Órgão Gerenciador: Câmara Municipal de Nova Friburgo

Vigência: ___/___/___ a ___/___/___.

No dia ___ de _____ de 20___, a Câmara Municipal de Nova Friburgo, situada na Rua Farinha Filho, 50 – Centro – Nova Friburgo - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 29.844.172/0001-23, representado pelo _____, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Resolução Legislativa nº 2.328/2019, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 021/2022, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário _____, localizado _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado pelo _____, conforme quadros a seguir:

Item	Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	Manutenção preventiva e corretiva dos 11 (onze) veículos oficiais da marca Volkswagen pertencentes ao Poder Legislativo de Nova Friburgo, incluindo serviços mecânicos, elétricos, de funilaria, pintura, capotaria e tapeçaria, conforme Termo de Referência anexo.	200 horas/serviço		
02	Estimativa de reposição de peças, insumos e acessórios para a manutenção dos veículos oficiais do Legislativo Friburguense.	500 unidades		
Valor Global:				

Constitui Anexo ao presente instrumento a Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do Processo Administrativo CPL nº 066/2022, contendo o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços acima pelos preços ora registrados, porventura tenham havido interessados, nos termos do inc. II e § 1º do art. 11 da Resolução Legislativa nº. 2.328/2019.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado de ___/___/___ a ___/___/___, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da Administração e com a concordância do fornecedor.

As especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do Edital do Pregão Eletrônico nº. 020/2022 integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Câmara Municipal de Nova Friburgo e do Fornecedor Beneficiário.

Nova Friburgo-RJ, ___ de _____ de 20___.

VEREADOR WELLINGTON MOREIRA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

[Razão social da empresa]
Representante legal: [nome completo]
CI: [número e órgão emissor]
CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]